

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.735 - PR (2019/0262702-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO NUNES NETO - PR025571  
JOHNNY ELIZEU STOPA JUNIOR E OUTRO(S) - PR037074  
**AGRAVADO** : HUGO ENRIQUE FIGUEREDO THOMAZ  
**ADVOGADO** : JAIME LUIZ REMOR E OUTRO(S) - PR046235  
**INTERES.** : GILSON FRANCISCO BEN  
**INTERES.** : MECANICA FRONTEIRA LTDA  
**ADVOGADO** : VITOR JOSÉ SPAZZINI E OUTRO(S) - PR045951

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos, interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (e-STJ fls. 860/862).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo da agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 780/781):

RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS EM ACIDENTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR CUMULADA COM PEDIDO DE DANOS MORAIS. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO PRINCIPAL E DE PROCEDÊNCIA DA LIDE SECUNDÁRIA. 1. ACIDENTE TIPO ABALROAMENTO TRANSVERSAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CRUZAMENTO COM SINALIZAÇÃO VERTICAL (PLACA TRIANGULAR) NA VIA ONDE TRAFEGADA O VEÍCULO DO RÉU. INVASÃO DE VIA PREFERENCIAL DO AUTOR. SITUAÇÃO ATESTADA PELO BOLETIM DE OCORRÊNCIA E RESPECTIVO CROQUI. PRESUNÇÃO NÃO ELIDIDA. INAPLICABILIDADE DO ART. 29, III, "C" DO CTB. 2. DANOS MORAIS. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUZIDO. 3. DANOS QUANTUM ESTÉTICOS. CICATRIZES QUE NÃO GERAM CONSTRANGIMENTO EM GRAU RELEVANTE. INEXISTÊNCIA DE LESÃO/DEFORMIDADE IRREVERSÍVEL DO OFENDIDO. REDUZIDO. 4. QUANTUM CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ÍNDICE. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO PARA A MÉDIA ENTRE O INPC E O IGP-DI. 5. COBERTURA SECURITÁRIA PARA DANOS MORAIS E CORPORAIS. POSSIBILIDADE DE SOMA DAS COBERTURAS. 6. ÔNUS SUCUMBENCIAL. MANUTENÇÃO. 7. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. 1. Se a dinâmica do acidente retratada no Boletim de Ocorrência e no respectivo croqui atestam a existência de sinalização vertical no local do acidente, sinalizando a preferência da via por onde trafegava o autor, tem-se por afastada a aplicação do disposto no artigo 29, inciso III, alínea "c" do Código de Trânsito Brasileiro, uma vez que esta regra se restringe às vias onde inexiste sinalização, o que não é o caso dos autos. 2. O valor da compensação pelo dano moral deve ser proporcional ao gravame e não pode ser tão elevado de modo a causar o enriquecimento indevido de quem recebe, mas também não pode ser tão ínfimo a ponto de não cumprir com a finalidade de inibir a reiteração da conduta ilícita. 3. O dano estético não se limita a cicatrizes ou amputações, alcançando o conjunto harmônico do ser em sua exterioridade e, com isso, inclui até mesmo irregular movimento de deambulação. 4. Necessária se mostra a alteração, de ofício, do índice de correção monetária a ser empregado ao caso, para que seja, a média aritmética entre o INPC e o IGP-DI. 5. A cobertura por danos corporais em contrato de seguro deve abranger os danos morais, uma vez que não há na apólice exclusão expressa e a seguradora não informa com clareza e objetividade o

alcance da cobertura para danos corporais, o que causa um desequilíbrio da relação contratual e frustra as justas expectativas do segurado. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

No recurso especial (e-STJ fls. 808/823), com fundamento no art. 105, III, "c", da CF, a recorrente apontou divergência jurisprudencial e negativa de vigência dos arts. 760 e 781 do CC/2002, sustentando, em síntese, que o contrato de seguro firmado entre as partes estipulou verbas distintas e separadas para danos materiais, corporais e morais.

Asseverou que o acórdão recorrido foi amparado na Súmula n. 402 desta Corte, fundamentando que (e-STJ fls. 815/816):

No caso em debate o Tribunal de Justiça do Paraná inova, nos fazendo entender inclusive que desrespeita a Súmula 402, ainda que de maneira transversa. Veja, cláusula expressa desobriga a seguradora, existência de cobertura própria para danos morais, indevido que outra cobertura venha a responder por tal condenação. A exclusão expressa e a cobertura autônoma têm a mesma função, dar plena ciência ao segurado das condições e limites da responsabilidade da seguradora e, por consequência lógica, os termos de sua obrigação.

Não foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fl. 844).

No agravo (e-STJ fls. 871/877), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 880).

É o relatório.

Decido.

No que se refere aos arts. 760 e 781 do CC/2002, extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fls. 795/796):

A apelante requer que o ressarcimento das condenações a título de danos morais (R\$ 30.000,00) e danos estéticos (R\$ 5.000,00) sejam descontados tão somente na modalidade exclusiva da apólice de danos morais/estéticos, e não integrada à modalidade de danos corporais, como decidiu o juízo singular.

Cumprir destacar que a prova da contratação do seguro é a apólice, uma vez que as cláusulas gerais do contrato de seguro são genéricas e regulamentam todas as hipóteses de seguro.

Sob esse viés, as cláusulas gerais, , não servem para aferição de quais coberturas foram de per si contratadas ou não, bem como os valores correspondentes.

Assim, a apólice de seguro entre a litisdenunciante e o litisdenunciado configura contrato de adesão e, portanto, a interpretação de suas cláusulas deve ser realizada com o objetivo de se alcançar o equilíbrio contratual. Sendo certo que a relação existente entre segurado e seguradora é de consumo, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, nos termos do que dispõe o art. 47 do CDC.

Nesse sentido, a apólice de seguro contra danos corporais pode excluir da cobertura tanto o dano moral quanto o dano estético, desde que o faça de maneira expressa e individualizada para cada uma dessas modalidades de dano extrapatrimonial.

É o que se extrai da dicção da súmula n. ° 402 do STJ: "O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão."

Desta feita, consoante se verifica da apólice (mov. 29.1), o réu e a litisdenunciada pactuaram a cobertura securitária para danos materiais (R\$ 50.000,00), danos corporais (R\$ 50.000,00) e danos morais/estéticos (R\$ 5.000,00).

Saliente-se que os danos corporais/pessoais podem ser tanto de ordem física quanto de ordem moral.

(...)

Desse modo, a cobertura por danos corporais em contrato de seguro deve abranger os danos morais, uma vez que não há na apólice exclusão expressa e a seguradora não informa com clareza e objetividade o alcance da cobertura para danos corporais, o que causa um desequilíbrio da relação contratual e frustra as justas expectativas do segurado

Portanto, havendo cobertura quanto a danos corporais (R\$ 50.000,00) e danos morais/estéticos (R\$ 5.000,00) no caso em tela, e tendo em vista que estes se acham inclusos no conceito de danos corporais/pessoais, tais valores deverão ser somados (R\$ 55.000,00).

(...)

Portanto, o pedido recursal formulado pela seguradora não merece acolhimento neste particular.

Em virtude da relação contratual do agravado HUGO ENRIQUE FIGUEIREDO THOMAZ com a seguradora/denunciada, ora agravante, o acórdão recorrido condenou ambos de forma solidária, ao pagamento das indenizações fixadas.

A Corte estadual reconheceu e destacou que a apólice securitária contém previsão expressa para as seguintes coberturas:

- (i) danos materiais (R\$ 50.000,00 - cinquenta mil reais),
- (ii) danos corporais (R\$ 50.000,00 - cinquenta mil reais), e
- (iii) danos morais e estéticos (R\$ 5.000,00 - cinco mil reais)

Nesse contexto, observa-se que o entendimento da Corte de origem de que a indenização por danos corporais abarca os danos morais/estéticos, encontra-se em confronto com a jurisprudência sedimentada neste Sodalício.

Isso porque, na hipótese dos autos, o acórdão consignou expressamente que a apólice previu a cobertura de danos morais/estéticos no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), danos corporais no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e danos materiais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Logo, por haver previsão explícita e individualizada para cada tipo de cobertura securitária, é de se concluir que a indenização por danos corporais não abrange os danos morais/estéticos, ao contrário do que entendeu o acórdão estadual, tendo em vista que a pólise contratada previu expressamente que a indenização por danos morais está limitada a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PREVISÃO DE DANOS CORPORAIS E DANOS MORAIS DE FORMA INDIVIDUALIZADA.

1. Havendo previsão explícita e individualizada para cada tipo de cobertura securitária, conclui-se que indenização por danos corporais não abrange os danos morais, ao contrário do que entendeu o acórdão estadual, pois a apólice contratada previu expressamente o limite da indenização por danos morais.

2. Incidência da Súmula 402 do STJ: "o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão".

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1153529/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA EXCLUSIVA DO RÉU. ART. 535, II, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDUÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54 DO STJ. CONTRATO DE SEGURO. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA EXPRESSA CERCA DO LIMITE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SÚMULA 402 DO STJ. PLEITO DE SUSPENSÃO DO FEITO EM RAZÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE IMPONHA AOS MEMBROS DESTA CORTE A SUSPENSÃO DOS RECURSOS QUE JÁ SE ENCONTRAM NO STJ EM TAL CASO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela alegada violação ao art. 535, I e II, do CPC/73 (atual 1.022, I e II, do Novo CPC), pois embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, cumpre ressaltar que não é cabível examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. A previsão contratual de cobertura dos danos pessoais abrange os danos morais tão-somente se estes não forem objeto de exclusão expressa ou não figurarem como objeto de cláusula contratual independente. Inteligência da Súmula 402 do STJ.

4. A revisão do acórdão estadual no sentido de haver expressa previsão na apólice contratada cobertura para danos morais, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. "Segundo o entendimento majoritário da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito os juros moratórios legais fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ)." (AgRg no AREsp 577.492/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 07/11/2014). Precedentes.

6. A jurisprudência deste Sodalício firmou posicionamento no sentido de que a determinação de suspensão dos processos prevista no art. 543-C do antigo Código de Processo Civil, correspondente ao art. 1.037, II, do atual CPC, somente atinge os recursos em trâmite perante os Tribunais locais, não se aplicado aos processos em trâmite nesta Corte Superior. Precedentes.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1378434/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017.)

Nessa ordem de ideias, merece acolhida a irresignação da seguradora recorrente, a fim de reformar parcialmente o acórdão recorrido, para limitar o valor da indenização a ser paga a título de danos morais/estéticos no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tal como consta da apólice contratada.

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial, a fim de limitar a indenização por danos morais a ser paga pela seguradora/recorrente, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos da apólice contratada. Mantidos os ônus de sucumbência fixados na origem.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator